

Minas destaca problemas da falta de investimento

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

O que há de "mais grave" no novo Orçamento da União não é a chamada "Operação Desmonte" (que repassa encargos para estados e municípios), mas, sim, o fato de que, com ele, fica patente que "o governo (federal) parou seus investimentos". A afirmação é de Alípio Pires Castelo Branco, secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Minas Gerais.

"O setor público parou de investir", disse. Para o secretário, a falta de fontes estatais e privadas de financiamento para investimentos em obras de infraestrutura é, no País, questão primordial que deve atrair o interesse e a preocupação do governo e da iniciativa privada, sob pena de se verem comprometidos todos os esforços destinados à expansão e modernização industriais.

A "grande contradição" da economia brasileira, acredita, está exatamente no fato de o Brasil necessitar gerar grandes superávits comerciais para pagar sua dívida externa, em detrimento da geração de recursos destinados a financiar o crescimento e a estabilidade interna. "Se a nova política industrial (em regulamentação, pelo governo federal) for bem-sucedida, com a falta de recursos para financiamento vamos 'bater no teto' da infraestrutura", argumentou.

MORATÓRIA

"Não vamos ter suficiente energia, armazenamento e transporte", exemplificou, esclarecendo considerar que "a não equação da contradição (da economia brasileira) deixa vários pe-

rigos a vista". "Cada vez me convenço mais que uma proposta do Paulo Lyra (ex-presidente do Banco Central — no período de 1974 a 1979), da época em que o ex-presidente Tancredo Neves ia assumir, era uma opção melhor (que a atual) para o acerto com os credores externos".

Essa proposta, esclareceu, não é "nem de confronto (como a decretação da moratória), nem convencional (como a que o governo brasileiro está ultimando com os credores). Ela parece-me melhor que essas duas", afirmou. Na proposta de Lyra, sugeria-se, ao governo federal, que o Brasil ficasse afastado do mercado financeiro internacional pelo prazo de cinco anos, capitalizando os juros da dívida externa e utilizando parte deles para financiar o crescimento interno do País.

"Nesse período (cinco anos) o Brasil ia ficar transferindo (para o exterior) no máximo 2,5% do PIB (depositando parte dos juros em um fundo de controle bilateral e pagando, aos bancos credores, o correspondente aos resultados da capitalização dos juros), e se voltaria para dentro, para recuperar o investimento na economia. Isso também permitiria solucionar a questão da dívida interna (para com credores sediados no País), pois o governo não precisaria mais ir ao mercado financeiro", disse Castelo Branco.

Não se deve ter "ilusão", disse o secretário, pois se a política econômica não mudar, "o ano que vem será 'um túnel', escuro, sem luz, com o risco de se chegar a uma ruptura institucional "pelo impasse econômico".

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO DO SETOR PÚBLICO NÃO-FINANCEIRO (Conceito operacional, em % do PIB)

Discriminação	1985	1986	1987	1988 (1)	1989		
					Potencial	Proposta Submetida ao Congresso	Meta
Total	4.3	3.5	5.5	4.0	2.0
Governo Central	1.8	2.0	3.4	3.3	5.1*	2.25*	1.0/1.5*
Gov. Estaduais e Municipais	0.9	0.9	1.5	0.6	1.0/0.5
Empresas Estatais	2.3	1.3	1.1	-0.4	
Agenc. Descentralizadas	-0.2	1	-0.1	0.1	
Previdência social	-0.2	-0.2	0.2	0.4	
Fundos e Programas	-0.4	-0.5	-0.6	0.0	

(1) Programado

(*) Exclui transferência de capital à SEST, 0.5% do PIB em 1989.

Fonte: BACEN